



DECISÃO SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Leste Mineiro, no uso de suas atribuições, com base no art. 42, inciso X da Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, de acordo com o art. 51, seu §1º, inciso I, do Decreto nº 47.787, de 13 de dezembro de 2019, comunica que o pedido de licença ambiental analisado no âmbito do processo administrativo indicado a seguir foi INDEFERIDO.

Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : COMPANHIA NACIONAL DE CIMENTO - CNC
CNPJ/CPF : 07.957.149/0005-36
Empreendimento : Depósito fechado - Entrepósito de escória
Endereço da Pessoa Física ou Jurídica : Acesso A Poço Redondo número/km S/N Bairro Zona Rural Cep 35179-000
Santana do Paraíso - MG
Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:
Santana do Paraíso (LAT) -19.4623, (LONG) -42.4712
Fator locacional resultante : 0
Classe predominante resultante : 2
Modalidade de licenciamento : LAS RAS
Processo Administrativo Licenciamento : 5326/2021

Motivo da decisão:

Diante do exposto, tendo em vista a caracterização incorreta do empreendimento e a ausência de estudos e documentos necessários à adequada instrução processual, sugere-se o indeferimento do Licenciamento Ambiental Simplificado do empreendimento DEPÓSITO FECHADO - ENTREPOSTO DE ESCÓRIA, localizado no município de Santana do Paraíso/ MG, conforme determinado pelo Parágrafo Único do Artigo 15 da DN COPAM nº217/2017.

Documento emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018.

Governador Valadares, 23/11/2021.

Documento assinado eletronicamente por FABRICIO DE SOUZA RIBEIRO, Superintendente, em 23/11/2021 09:58 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Os interessados podem interpor recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, com fundamento no art. 40 e seguintes do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018.